Psicologia social: esboço de um planejamento comunitário

MARCOS JARDIM FREIRE *

1. Modelo; 2. Aplicação; 3. Conclusão.

Introdução

A evolução do conhecimento tem sido muito acelerada nos últimos decênios, em todas as áreas do saber, principalmente ciências exatas e saúde. Como decorrência, os países detentores de tecnologias desenvolvidas avançaram em progressão geométrica, e isto é refletido em índices de conforto ou qualidade de vida.

As relações entre países são feitas à base de complementaridade de esforços, quer seja no campo político, social ou econômico, com a finalidade de assegurar a sobrevivência das nações, às custas de otimização de seus recursos, à luz de filosofia humana. Na prática, a relação apresenta, no mais das vezes, um jogo de forças em desequilíbrio; portanto, a parte que possui maior poder de barganha é quase sempre a que também possui maior poder de pressão, ou mesmo de retaliação, em uma escalada de decisões. A outrora dominação militar, que incluía a ocupação física, sofisticou e evoluiu sua forma, passando a ter caráter genérico de dependência tecnológica e econômica. Torna-se, portanto, um desafio o planejamento e a determinação de um país em desenvolver seus recursos, transformando seu potencial de riquezas em reais oportunidades de progresso e bem-estar, quando ainda não é desenvolvido.

Como fundamentação, a história demonstra que as nações colonizadoras aplicavam a bem-sucedida estratégia de domínio da informação: jamais havia investimento que permitisse a sociedade dominada encontrar suas raízes (identidade), estruturar seu corpo próprio de idéias e ideais, com conseqüente divulgação no ensino, o que daria origem à sistematização e ao equacionamento de seus problemas com possível criação de tecnologia própria. Por isso não havia a preocupação de desenvolvimento social, e, portanto, a preparação de pessoas capazes de levar

* Do Instituto de Psicologia da UFRJ.

adiante o imperativo de crescimento harmônico da comunidade, que ficava em função de lideranças e talentos que, quando conhecidos, eram assimilados através de formação em ambiente do país colonizador (matriz). Tal procedimento assegurava formação intelectual que tinha muito mais em comum com os valores da sociedade dominadora do que com os valores da sociedade da qual aquelas pessoas eram egressas. O talento, modernamente, deve ser pesquisado, estimulado e preservado, pois é uma energia rica, esgotável e não-renovável; existe em quantidade limitada e tem condições e prazos para seu amadurecimento. A chamada "drenagem de cérebros" é, hoje em dia, capítulo à parte, pois é conhecida como força de extraordinário poder. Para a coletividade que perde é investimento sem retorno, feito em capacidade que o homem não sabe produzir; para a coletividade que ganha é aquisição, com pouco ou nenhum esforço, que coroa e confirma sua condição de superioridade. Todo conhecimento gerado será explorado por esta nova sociedade que o abriga.

Um terceiro aspecto, associado ao domínio da *informação* (educação e tecnologia) e do *potencial humano* (liderança e talento), é o que trata de outros recursos, em especial os de ordem econômica e financeira. A política de uma nação consiste em equilibrar as demandas interna e externa, utilizando seus recursos de modo a otimizar sua produtividade e, além disso, obter reserva a ser estrategicamente reinvestida. No caso de estados subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento), uma de suas principais características é a exportação de matérias-primas e importação de bens de consumo, manufaturados, muitas vezes, com matérias-primas originárias do país importador do produto final, que paga, então, valores adicionados tais como mão-de-obra, tecnologia, frete duplo, o que fatalmente leva ao desequilíbrio da balança comercial.

Para seu equilíbrio, ou para financiar investimentos internos, o país recorre, entre outras medidas, a poupanças externas e importação de tecnologia, o que implica endividamento pago com remessas sob as modalidades de amortização, juros, dividendos, *royalties*, por exemplo, o que fortalece a dependência externa.

Nesta conjuntura dinâmica inserem-se fatores internos como força de trabalho (população economicamente ativa), taxa de natalidade, migrações e composição etária da população, que permitem estimativas para fins de planejamento; porém, há fatores que escapam a controles ou previsibilidade como surtos epidêmicos, pragas, fenômenos da natureza, entre outros. Às vezes, a modificação ocorre em circunstâncias imprevisíveis, políticas ou não, como crise do petróleo, guerras etc.

Diante deste quadro, que tende a ciclo de perpetuação, e, portanto, de condenação dos países subdesenvolvidos, justifica-se a preocupação crescente, dos vários e diferentes organismos internacionais, em face do aumento da distância que tende a separar cada vez mais os estados nacionais. Como a maioria dos povos encontra-se no chamado "Terceiro Mundo", é de vital importância que cada nação, ou grupo de nações, em alguns casos, procure seu próprio modelo, em função de características particulares. Deve ser salientado que toda nação moderna preocupa-se com sua estabilidade, só sendo atingida quando as reivindicações básicas são

atendidas. Estas reivindicações são variáveis de acordo com o país, o momento e a região. Constitui para qualquer nação risco potencial quando suas áreas internas têm defasagem em grande magnitude. A homogeneidade, ou pelo menos, a maior semelhança facilita a administração, comunicação, intercâmbio, participação na política e representação de poder e decisão.

No Brasil, internamente, encontra-se o mesmo desequilíbrio regional, como entre nações. Como única alternativa, o País deve reunir esforços e potenciais no sentido de *criar tecnologia social* que, no prazo mais curto, permita minimizar suas diferenças internas. Decorrentes deste perfil, surgem aglomerações, e um dos pontos de grande preocupação atualmente é devido aos desequilíbrios entre litoral e interior, e qualidade de vida nos centros urbanos de maior porte.

O *crescimento das metrópoles* é função de:

- melhores condições no tocante a saúde, alimentação e assistência social;
- maiores perspectivas de mobilidade social através da educação;
- maior potencialidade para participação em diferentes segmentos da força de trabalho, através de exigências distintas quanto à qualificação da mão-de-obra;
- maior estabilidade das condições de emprego, já que se vinculam a atividades secundárias e terciárias;

e, como conseqüência,

- pólo de atração para migração interna.

Como resultantes:

- aumento de índices de desemprego, subemprego, alcoolismo, criminalidade, tóxicos, violência, doença mental e outras manifestações de desajuste;
- maior dispêndio de recursos na contenção e prevenção destas manifestações através de mobilização de fundos e técnicos, com progressivo estrangulamento administrativo e viabilidade destes centros urbanos, em função de taxação crescente para fazer face a estes programas;
- modificação de valores sociais em função de problemáticas como aborto, homossexualidade, alienação etc., com conseqüente reflexo em estruturas como família, escola e local de trabalho;
- deslocamento de unidades de economia secundária, em virtude de ônus sociais progressivos e diminuição da margem de lucro, o que fecha o ciclo de dificuldades.

Outros fatores contribuem para a estimulação de planos que propiciam a fixação do homem em pequenas e médias comunidades, como a necessidade de melhor equilíbrio entre os setores da economia, notadamente o setor primário, a inexistência de classe média rural, a dificuldade de adaptação a grandes centros (comprovada através de estatísticas de patologia social), conseqüências imprevisíveis de massas com privação ou insatisfação etc. Por outro lado, o indivíduo é

constantemente ou forçado a permanecer em grandes cidades ou estimulado a para lá deslocar-se através de meios de comunicação de massa, principalmente propaganda, filmes, TV. Para que ocorra migração de habitantes dos grandes aglomerados, é importante que as pequenas e médias cidades contem com nível de conforto e estimulação cultural e intelectual; para tal devem ser criadas condições de desenvolvimento de comunidades dentro de suas mais legítimas aspirações e motivações. Como essas exigências são fruto de crescimento integrado, a chave do problema é acelerar, recuperar a defasagem, mantendo ao longo do processo as estruturas harmônicas, observados os objetivos.

A idéia de tecnologia social parece assustadora, mas ela realmente existe e seu emprego de forma adequada gerará enormes benefícios. O uso do conhecimento é função dos valores morais e éticos da sociedade que o aplica.

1. Modelo

Entre as concepções atuais, uma das mais utilizadas é a *teoria dos sistemas* aplicada às ciências sociais.[1] Pode-se afirmar que a comunidade é um sistema em contínua inter-relação com outro sistema, supersistema ou subsistema. A noção de sistema acarreta definições como diferenciação, especialização, seleção de estímulos, espaço, tensão, retroalimentação, busca de equilíbrio (homeostase) e eqüifinalidade, entre outras. De particular importância é a conceituação de entropia ou tendência à desorganização, que implica, para a manutenção do sistema, a formação de reserva e aparecimento de sensores como índices críticos. Na busca do equilíbrio, o sistema lança mão de estruturas e funções, em última análise energia, visando a sobrevivência por meio da auto-regulação; dessa forma apresenta processo econômico ou funcional, em que tem como pressuposto a otimização de seus recursos, podendo atingir eventualmente a maximização. Dentro de um referencial dinâmico, amplo, com conotações social e humana, um sistema ao longo do espaço e do tempo precisa fazer face a mudanças, o que significa contínua adaptação sem perda de identidade, supondo em dado momento *estado estacionário* tendendo à *involução* (decadência, regressão), *evolução* (de forma contínua e planejada) ou *revolução*, onde existe mudança de valores e poder com alto grau de tensão interna (crise). O deslocamento de um sistema pressupõe mobilização de energia visto a necessidade de vencer a resistência à mudança ou inércia.

A aceleração deste processo de mudança depende da existência de agentes de mudança, ou catalisadores, que liderarão e funcionarão como pólo aglutinador em torno do qual irá sedimentar-se a massa crítica suficiente para deflagrar o processo.

[1] O modelo, *mutatis mutandis*, é aplicável à relação terapêutica.

A necessidade de deslocamento (motivação) pode ser intrínseca ao sistema (proativo) ou extrínseca (sistema reativo). Se os valores, como conteúdo deste processo, forem compatíveis com a lógica do sistema, serão assimilados e revestir-se-ão de características de renovação e vitalidade. Caso os valores sejam discrepantes (podendo atingir a intensidade de antagonização), o grau de mobilização de energia será variável, pois a perspectiva de cisão poderá acarretar desestabilização do sistema. É a permeabilidade associada à flexibilidade que determinará o mecanismo de defesa básico para a auto-regulação.

A inter-relação de dois sistemas tem como premissa equilíbrio definido na complementaridade política, social e econômica de seus interesses. O desequilíbrio é manifestado pela presença de pressão e retaliação em decisões alternativas e/ou sucessórias. A comunicação codificada de valores, normas e expectativas flutua desde a informação racional à afetivo-emocional, da linguagem denotativa à conotativa. A credibilidade, dependendo de fonte, circunstância e veiculação, implicará o grau de envolvimento: se opinião, comportamento verbal; se atitude, predisposição comportamental ou comportamento propriamente dito, ainda que esses três níveis não signifiquem, necessariamente, coerência. A informação oriunda de liderança implica maior grau de persuasão, desde que decorrente de delegação ou compartilhamento (democracia), não excluindo outras possibilidades como autoritarismo ou característica individual – carisma.

2. Aplicação

A partir deste quadro entende-se planejamento comunitário como, em última análise, intervenção psicossocial visando provocar modificação (aceleração) de etapas do desenvolvimento social. Suas metas são amplas e genéricas, se analisadas a nível estratégico; descendo a nível tático-operacional, são objetivos específicos e tangíveis a curto e médio prazos. O ponto de entrada e a abertura ou vulnerabilidade do sistema (traduzidos pela velocidade de assimilação) são função da proximidade dos objetivos com os recursos e fatores históricos, já que é a percepção do contraste e probabilidade de realização que gerarão o espaço a ser ocupado pela transformação. Tecnicamente pode-se discriminar duas etapas: sensibilização, quando ocorre a exposição à informação; e operacionalização, também com dois planos distintos – como treinamento a curto e médio prazos, envolvendo competências técnico-administrativas e interpessoal, e como educação, pelo ponto de vista preventivo a longo prazo, por meio de sistematização e transmissão de informações culturais.

Como fatores históricos, especificamente no caso do Brasil, sobressaem dependência, perdurando desde a colonização, á tradição de pouco envolvimento em atividades comunitárias em seus diferentes níveis de participação, e caráter nacional estereotipado no pacifismo (em que pese à contestação de estudiosos). Isto pode ser resumidamente explicado como ausência de controle do destino ao

longo da história política. Tal fato leva a instituição de sistema informal, escapista, onde "dá-se um jeitinho", o que combina matizes de aspectos mágicos com imediatismo casuístico . . .

Como avaliação de programas, à luz da lógica do sistema que implica, às vezes, distorção na análise, tem-se, além de consecução dos objetivos previamente estipulados, a consideração de parâmetros críticos indicativos de patologia social.

3. Conclusão

Para que os programas comunitários surtam efeito, é necessário que, entre outros, alguns princípios sejam considerados:

- nenhum recurso deverá ser mobilizado na criação de estruturas que não possam ser mantidas e desenvolvidas pela comunidade;
- preferencialmente deverão ser dinamizadas forças da localidade;
- os programas serão liderados por membros da comunidade, com metas claramente definidas e sujeitas a controle e avaliação periódicos.

O papel de entidade destinada a ser propiciadora de oportunidades, para que as comunidades possam queimar etapas na corrida contra o tempo, inclui assessoramento para que o esforço gerado não tenha impacto desestruturador na sociedade local. A velocidade de entrada, ponto de aproximação, resolução de conflitos e demais aspectos devem ser estudados para que constituam metodologias alternativas. Pode-se então falar em criação de "pólos de desenvolvimento social", em locais estratégicos, que se irradiariam para suas periferias de maneira harmônica, permitindo a fixação do homem bem como seu desenvolvimento nos sentidos filosófico, existencial e social.

As instituições, na maioria das vezes, falham por não possuírem ou métodos de avaliação de seus objetivos sociais, ou ação continuada, ou por representarem um esforço isolado em dado segmento ou tempo da localidade visada. Se o alvo é, inicialmente, sensibilizar uma população em seus diferentes níveis de ação, deverá abranger os estratos que participarão, em esforços diferenciados, a níveis estratégico e tático-operacional. A forma de obter-se mudança planejada é sempre a partir de conteúdos educativos colocados ao alcance da realidade imediata da comunidade-alvo e em função das aspirações da localidade. Deve ser salientado que programa de mudança, quando erroneamente administrado, em função de distorção de concepção ou aplicação, gera *efeito de vacina*, ou seja, imuniza a comunidade para tentativas posteriores, acarretando abalo em confiança para realização e expectativas, além de comprometimento de recursos e desgaste técnico-político.